

VIVA, MULHER!



Museu dos Quilombos e Favelas Urbanas

UM PAPO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS E AÇÃO DE PROFESSORAS NEGRAS

Lei 10639/2003

Como o território pode atravessar a corporalidade dos estudantes na perspectiva histórica e racial?

na Educação temos um conjunto de normativas a partir das Diretrizes Curriculares da Educ. para as Escolas Étnico-raciais criadas a partir da Lei 10639/03



A GENTE QUER FALAR SOBRE A LEI 10.639, QUE É O RESULTADO DE MUITAS MOVIMENTAÇÕES, DE UM MOVIMENTO NEGRO QUE A GENTE ENTENDE COMO ORGANIZADO. RESULTADO DAS INQUIETAÇÕES, INCÔMODOS E DOS DESAFOROS QUE AS PESSOAS NÃO QUERIAM MAIS LEVAR PRA CASA. ESTAS PESSOAS RESOLVERAM SE MOVIMENTAR E PENSAR NAS LUTAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO.

— MARA CATARINA EVARISTO

Gerente das Relações Étnico-Raciais/Diretoria da Educação Inclusiva e Diversidade Étnico-Racial/ Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 04/II/2023.

BARREIRAS DE GÊNERO E RAÇA: NA SOCIEDADE E NO ACESSO À EDUCAÇÃO E CULTURA

* Questões iniciais

As barreiras de gênero e raça são desafios significativos em nossa sociedade, afetando o acesso igualitário à educação e à cultura. A elas se juntam ainda a desigualdade social e econômica presente na população brasileira, o que resultam em opressões sistêmicas que prejudicam indivíduos com base em sua identidade de gênero ou raça, território onde vive, condições econômicas e podem se manifestar de diferentes formas, como discriminação, preconceito, desigualdade de oportunidades e falta de representatividade. Para superar essas barreiras, é essencial promover a diversidade, a inclusão e implementar políticas que garantam oportunidades justas para todos.

No ambiente de trabalho, por exemplo, mulheres e minorias étnicas podem enfrentar discriminação, salários desiguais e obstáculos para avançar em suas carreiras. Na ciência, a falta de diversidade pode limitar a variedade de perspectivas e ideias inovadoras. No acesso à educação e cultura, existem disparidades em termos de recursos, oportunidades e representatividade.

É importante reconhecer e enfrentar essas barreiras, promovendo a diversidade, a equidade, a igualdade de oportunidades e a inclusão em todas as áreas e esferas da sociedade. Isso envolve a criação de políticas e práticas que combatam o preconceito, a promoção de espaços seguros e acolhedores para todas as pessoas, garantir oportunidades iguais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, além de ampliar o acesso a recursos e oportunidades para todos, independentemente de gênero ou raça.

Ao longo dos anos, a educação tem desempenhado um papel fundamental na reprodução de desigualdades e na invisibilização de culturas. Isso porque, ao reproduzir práticas pedagógicas e currículos com visões eurocêntricas, acaba por excluir ou marginalizar as contribuições e perspectivas do povo negro e indígena e, conseqüentemente, contribui para perpetuar o racismo institucional e as desigualdades sociais.

Diante desses desafios, é fundamental que as reivindicações dos Movimentos Negros, e demais movimentos sociais que lutam pela equidade racial, sejam atendidas com mudanças substanciais nas práticas e políticas educacionais. Isso inclui a incorporação de um currículo que seja multicultural e inclusivo, que abra espaço para as narrativas e sabedorias de diferentes culturas, especialmente aquelas historicamente oprimidas e invisibilizadas.

Promover uma educação antirracista exige um compromisso contínuo com a revisão crítica das metodologias de ensino e dos conteúdos curriculares. Também envolve a capacitação de educadores para que possam entender e aplicar conceitos de justiça racial e inclusão cultural na prática pedagógica. Esta é uma chave importante para construir uma sociedade mais justa e igualitária, começando pela base de sua formação: a educação.

Lei 10.639/03 - Estabelece o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. O conteúdo deverá ser ministrado em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras, abordando a História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.



Lei 11.645/08 - atualiza a Lei 10.639/03, incluindo o ensino obrigatório dos conteúdos sobre a História e a Cultura dos povos indígenas brasileiros.

O RACISMO E AS MULHERES NEGRAS

Durante os anos 90, houve significativa mobilização e ativismo do movimento negro no Brasil, e essa força também foi evidente em Belo Horizonte. Ativistas como Nilma Lino Gomes, Patrícia Santana, Rosália Diogo, Benilda Brito, Rosa Vani, Mara Catarina Evaristo, Rosa Margarida de Carvalho Rocha e tantas outras, desempenharam papéis fundamentais tanto em contextos locais quanto nacionais.

Essas mulheres trabalharam não apenas nas ruas, através de manifestações e mobilizações, mas também nos campos acadêmicos e educacionais, buscando promover uma maior consciência sobre questões raciais e aumentar a representatividade negra nesses espaços. Esse trabalho ajudou a pavimentar um caminho para futuras gerações, em prol de uma sociedade mais inclusiva e menos discriminatória.

O legado dessas ativistas continua sendo uma fonte de inspiração para as lutas atuais contra o racismo e pela igualdade de direitos, mostrando a importância da continuidade e da determinação na busca por mudanças sociais.

O debate sobre as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 reflete uma importante evolução nas políticas educacionais e sociais do Brasil, oferecendo um marco legal para a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Essas leis não apenas visam corrigir uma omissão histórica na educação brasileira, mas também funcionam como uma forma de resistência contra a discriminação e o racismo.

Entretanto, a implementação dessas políticas educativas enfrenta desafios significativos, incluindo resistência de certos setores da sociedade que percebem essas medidas como uma ameaça às narrativas históricas tradicionalmente dominantes. Além disso, a efetividade

LEI 10639/2003

das leis depende de vários fatores, incluindo recursos adequados, formação de professores e desenvolvimento de materiais didáticos que reflitam adequadamente as contribuições das culturas afro-brasileira e indígena.

O processo de implementação dessas leis é, portanto, um campo dinâmico de disputas e negociações, refletindo tensões mais amplas dentro da sociedade sobre como a história é contada e quem tem o poder de definir a identidade nacional. Esse processo abre um espaço valioso para o diálogo e para a reavaliação contínua de como a educação pode servir como um veículo para a justiça social e a inclusão.

A Lei nº 10.639/03, demonstra o compromisso em fomentar uma educação que não apenas informa, mas também transforma, ao incorporar e valorizar histórias e culturas frequentemente marginalizadas no Brasil. Essas mudanças curriculares são essenciais para dismantelar o mito da democracia racial — uma ideologia que nega a prevalência do racismo e da discriminação étnico-racial no país, minimizando as barreiras sociais enfrentadas por afro-brasileiros e indígenas.

O envolvimento ativo de educadores, escolas, e instituições culturais é crucial para garantir que as diretrizes da lei sejam implementadas de maneira eficaz. Transformar currículos escolares envolve mais do que apenas a adição de conteúdos sobre culturas afro-brasileiras e indígenas; requer uma reinvenção das práticas pedagógicas para que sejam verdadeiramente inclusivas e emancipatórias; envolve oportunizar e acolher corpos diversos no âmbito escolar, seja como alunos, professores e corpo gestor.

A colaboração com lideranças negras e indígenas e a utilização de espaços culturais e históricos, como museus e quilombos urbanos, são exemplos de como as comunidades locais podem ser envolvidas no processo educativo, enriquecendo

→ Rede de ~~apoio~~ Apoio / família ampliada
→ Territórios e poder públicos
→ Narrativas / experiências

o aprendizado e assegurando que ele seja relevante e contextualizado. Estas parcerias também ajudam a educar a comunidade escolar sobre a importância da representatividade e do respeito pela diversidade cultural e histórica do país.

Portanto, enquanto há progresso significativo na implementação dessas leis educacionais que promovem igualdade racial, é essencial continuar promovendo diálogos, desenvolvendo recursos e formando educadores. Isso sustentará o avanço rumo a uma sociedade mais justa e igualitária que reconhece e celebra sua diversidade.

A HISTÓRIA NEGRA

* sujeitos históricos

* Descolonizar olhares / percepção estética

* Construções: marca de Africanidades

MANUTENÇÃO DA RESISTÊNCIA.

**BRASIL, MEU NEGO
DEIXA EU TE CONTAR**



**A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA
O AVESSO DO MESMO LUGAR ENCONTRA.
NA LUTA É QUE A GENTE SE ENCONTRA.**

(História para ninar gente grande. Samba Enredo da Mangueira, 2019)

A CULTURA ANTIRRACISTA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

A cultura antirracista desempenha um papel fundamental na luta contra o racismo e na promoção da equidade e inclusão em nossa sociedade. Tanto a educação formal, quanto a não formal, são espaços essenciais para promover uma cultura antirracista e buscar a conscientização, ação e mudança.

Na educação formal, as escolas e instituições de ensino têm a responsabilidade de abordar questões relacionadas ao racismo, promover a diversidade na sala de aula e no quadro de funcionários, ensinar sobre a história e cultura dos diferentes grupos étnicos, avaliar materiais didáticos nos conteúdos e formas de representação da diversidade, e desconstruir estereótipos prejudiciais. Isso ajuda a criar um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso, capacitando os estudantes a serem agentes de mudança e justiça social.

Por outro lado, a educação não formal, que inclui espaços como organizações da sociedade civil, mídias e comunidades, equipamentos culturais, também têm o compromisso com a promoção de uma cultura antirracista, se considerarmos o conceito de comunidades de aprendizagem, proposto por Roseli de Mello. Esse conceito considera que as situações de troca e acesso ao conhecimento extrapolam as salas de aula e estão presentes nesses espaços, que podem oferecer oportunidades para diálogos abertos, reflexões críticas e ações coletivas para combater o racismo e promover a diversidade e a igualdade.

MUQUIFU

O Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos – Muquifu, em Belo Horizonte, é um exemplo emblemático de como instituições culturais podem desempenhar um papel crucial na educação e na reescrita de narrativas históricas. O Muquifu não só

- Que histórias estão sendo contadas?
- Que parte da história delas mulheres também é minha?

" A HISTÓRIA NÃO CONTADA. TRAJETÓRIAS E CAMINHOS APAGADOS NO PERCURSO DA CIDADE DE BH. "

serve como um espaço de memória e preservação cultural, mas também atua como um agente de mudança ao educar o público sobre as contribuições históricas e culturais da população negra que foram, por muito tempo, negligenciadas ou distorcidas nos livros e currículos escolares tradicionais.

A parceria entre o Muquifu e a Gerência de Relações Étnico-raciais da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte – SMED ilustra uma prática pedagógica que transcende os limites convencionais da sala de aula, integrando o ambiente do Museu como um recurso educativo dinâmico. Por meio dessa parceria, o Museu favorece a apropriação de conhecimentos acerca das culturas africana e afro-brasileira, suas histórias, suas produções intelectuais, científicas, tecnológicas e estéticas e suas formas de organização social. O percurso no qual o Muquifu está inserido é o Território Negro, que possibilita atividades pedagógicas interdisciplinares e tem como ponto de partida a memória social e coletiva do Brasil, país multicultural e pluriétnico. Este modelo pode aumentar significativamente o impacto das políticas educacionais e das reformas curriculares, como as propostas pelas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que visam a inclusão da história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas no ensino.

Além disso, ao visibilizar e valorizar as narrativas e as experiências da comunidade negra periférica, o Muquifu contribui para um processo de empoderamento, desafiando percepções estereotipadas e promovendo um entendimento mais profundo e respeitoso da diversidade cultural brasileira. Assim, o Museu não apenas ensina sobre história, mas participa ativamente na construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua diversidade e de seu passado complexo.

A colaboração entre museus como o Muquifu e instituições educacionais demonstra o potencial dos espaços culturais como facilitadores de aprendizagem e transformação social, ressaltando a importância de continuar apoiando e expandindo tais iniciativas para fortalecer a educação e a conscientização cultural em todo o país.

Quemida irmãos,
Com vezes é difícil nos
entendemos num universo
branco, que nos desumaniza.

Amantes será um novo dia e
teremos a oportunidade de
renunciarmos nossa
re-existência preparando
o terreno para nova vida.
A história do MUQUIFU É NOSSA!

Siga em luta.

Abraço,

Bruna, Jéssica e

Sede Muquifu (2018)

Foto: Alexandro Trigger

Texto: Bruna Rodrigues e Jéssica Assis

Acervo: Muquifu

Museu dos Quilombos
e Favelas Urbanas

**VIVÊNCIAS
DE MULHERES
NEGRAS NA
EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA**



JULIANA DAS GRAÇAS GONÇALVES GUALBERTO

Professora pesquisadora integrante da Coordenação Ampliada dos Núcleos de Estudos das Relações étnico-raciais da RME de Belo Horizonte. Mãe de duas crianças pretas: Francisco e Beatriz.

Minha jornada na promoção, conscientização e transformação da educação das relações étnico-raciais na escola foi sempre marcada por desafios e conquistas. Assim como o profundo desejo de provocar mudanças e promover novas estratégias para uma educação antirracista. Vejo que as políticas educacionais precisam evoluir além de simples sensibilizações, envolvendo a responsabilização dos gestores, formações contínuas e integração da questão racial no currículo escolar. É essencial provocar uma mudança de olhar e escuta por parte da gestão escolar para que a importância da questão racial no desempenho escolar de crianças negras. Sigamos! Assim como Conceição Evaristo (2020) acredito que 'é hora de armar-se com esta esperança e coragem, mesmo sem ter a certeza do que irá acontecer'.



ALINE NEVES R. ALVES

Assessora pedagógica em relações étnico-raciais pela Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Sou professora de Geografia e atualmente atuo como assessora pedagógica em relações étnico-raciais pela Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Como já tive a oportunidade de produzir aulas de campo no Muquifu, sempre avalei o espaço como altamente recomendável para quem deseja realizar uma revisão da história do território belo-horizontino. Isto é importante porque nos faz analisar mais profundamente os motivos da estrutura urbana ser como é. A compreender a importância do sentimento de pertencimento, aí incluída a nossa solidariedade e os planejamentos que nos confina intersubjetivo e intelectualmente nos lugares de subalternidade. Não é exagero dizer que a agência das mulheres negras não somente atravessou o Atlântico com seus corpos e memórias, temporalmente da Colônia à República como é narrado no Muquifu, quanto foi capaz de nos inspirar pedagogicamente para o enfrentamento de uma estrutura ainda muito marcada pelas violências de gênero, classe e raça. Entendo que é dialogando com estes movimentos de reparação que podemos contribuir para promoção de práticas de equidade. Ali reunidas, fica muito nítido, qual o papel social da escola na transformação de realidades. O Muquifu é um quilombo, como nos lembra a historiadora Beatriz Nascimento, matriarcal e que reconhece a importância das educadoras e dos territórios negros em mais uma das cidades segregadas do Brasil.



GENI FERREIRA DE FREITAS

Professora pela Rede
Municipal de Educação
de Belo Horizonte.

Sou professora na Rede Municipal de Belo Horizonte há 32 anos e tenho 6 anos de experiência em escola particular. Ao longo da minha trajetória na Rede Municipal, identifiquei uma significativa lacuna na formação dos professores em relação à questão racial. Percebia que os estudantes negros, por exemplo, muitas vezes não se viam refletidos de maneira positiva e afirmativa nos currículos e práticas escolares, o que afetava diretamente a sua autoestima e desempenho acadêmico. Desde cedo na minha carreira, busquei formações voltadas para educação antirracista, porém, senti uma carência grande de iniciativas e programas nesse sentido. Mesmo diante dessa falta, continuei procurando maneiras de melhorar meu entendimento e práticas, participando de seminários, lendo livros e artigos pertinentes, e trocando experiências com outros educadores militantes nessa área. Essa busca constante não apenas me ajudou a desenvolver práticas mais inclusivas e justas em sala de aula, como também me levou a incentivar discussões e ações dentro da escola para que todos os estudantes possam se sentir vistos, respeitados e valorizados em sua diversidade.



ROSEMARY CANUTO

Professora pela Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

A história do negro no Brasil é profunda e cheia de contribuições significativas que muitas vezes foram esquecidas ou marginalizadas. Resgatar essas histórias é essencial não apenas para reconhecer a importância dessas contribuições, mas também para promover uma sociedade mais justa e igualitária. Promover a educação e a conscientização sobre a história negra no Brasil pode levar a um maior reconhecimento e respeito pelas realizações e lutas que moldaram a nação. É fundamental que isso seja feito não apenas em contextos acadêmicos, mas também dentro das comunidades, escolas e espaços culturais.

QUEM FEZ PARTE DESSA CARTILHA?

PROFESSORAS

Aline Neves
Rodrigues Alves
Ana Maria Martins
Queiroz
Andréia Cristina Pereira
Antônia Lúcia da Silva
Betel Rosa de
Jesus Batista
Bruna D'Carlo Rodrigues
Camila Neves Figueiredo
Carla Barbosa Moreira
Carol Gomes de Oliveira
Cassiana Matos de Moura
Cirley Ferreira da Paz
Débora Augusta
de Oliveira
Elaine Aparecida
Braga Narciso
Fabiana de Freitas
Fernanda Moreira Izidoro
Gabriela Assunção Xavier
Geni Ferrei da de Freitas
Isabel Rosa de Jesus
Janaina Monteiro Rocha
Jéssica Milene de
Moura Assis
Júlia Ferreira Gomes
Juliana das Graças
Gonçalves Gualberto
Juliana Moreira Borges
Luciana de Souza Matias
Marina Gonçalves Ribeiro

Nesir Freitas da Silva
Nicolly Cristina
Martins dos Santos
Patrícia Barros
Soares Batista
Rosemary Canuto
Rosilene Amélia
Torres dos Santos

PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA OFICINA

Cleiton Gomes da Silva
e Mauro Luiz da Silva

PALESTRAS

Mara Catarina Evaristo
e Maria das Mercês
Vieira da Cunha

REDAÇÃO

Viviane Ferreira

REVISÃO

Emanuela São Pedro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Samanta Coan

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de.
Racismo Estrutural.

São Paulo: Editora
Jandaíra, 2019. Coleção
Feminismos Plurais.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**,
de 9 de janeiro de 2003.
Altera a Lei nº 9.394, de
20 de dezembro de 1996.
Diário Oficial da União,
Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/2008**,
de 10 de março de 2008.

Altera a Lei no 10.639,
de 9 de janeiro de 2003.
Diário Oficial da União,
Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da
Educação/Secretaria de
Educação Continuada,
Alfabetização e
Diversidade. **Diretrizes
Curriculares Nacionais
para a Educação das
Relações Étnico-Raciais e
para o Ensino de História
e Cultura Afro-Brasileira
e Africana.** Brasília, 2004.

EVARISTO, Conceição.
**É hora de se armar com
coragem e esperança**
(2020). Disponível em:
[https://bit.ly/evaristo-
armar](https://bit.ly/evaristo-
armar). Acesso em:
05 de mai. 2024.

Plataforma Porvir.

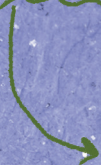
**Pesquisa ajuda a
definir comunidades
de aprendizagem.**

Disponível em: [https://
bit.ly/pqs-porvir](https://
bit.ly/pqs-porvir). Acesso
em: 05 de jun, de 2024.

MUNANGA, Kabengele.

**Superando o Racismo
na escola.** Brasília:
Ministério da Educação,
Secretaria de
Educação Continuada,
Alfabetização e
Diversidade, 2005.

ESSE CONTEÚDO TE AJUDOU?



Compartilhe esta cartilha e o
que você aprendeu nela com
as pessoas que você convive.

TERMO DE FOMENTO N° 936638/2022

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL



Esta campanha faz parte do Periferia Viva Mulher Negra – Morro do Papagaio, projeto realizado com recurso do Ministério da Igualdade Racial/Governo Federal, via emenda parlamentar indicada pela ex-deputada federal Áurea Carolina na Lei Orçamentária Anual 2022